



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

PROJETO DE LEI Nº 087/2025

ALTO FELIZ, 16 DE SETEMBRO DE 2025.

**ALTERA REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 608, DE 29 DE AGOSTO DE 2005 E ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 7 DA LEI MUNICIPAL Nº 608, DE 29 DE AGOSTO DE 2005.**

**Art. 1º.** Altera redação do parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal nº 608, de 29 de agosto de 2005 que passará a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 1º (...)*

*Parágrafo único. O Auxílio Alimentação devido aos servidores públicos municipais previstos no caput poderá ser pago, a critério da Administração, mediante:*

*I – crédito em cartão magnético ou similar;*

*II – crédito direto em conta corrente do servidor, na mesma data do pagamento da remuneração mensal.*

**Art. 2º.** Acrescenta o parágrafo único do art. 7º da Lei Municipal nº 608, de 29 de agosto de 2005 que passará a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 7º (...)*

*Parágrafo único - O pagamento por crédito em conta corrente não terá natureza salarial, não se incorporará à remuneração do servidor para quaisquer efeitos e sobre ele não incidirão encargos trabalhistas ou previdenciários.*

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alto Feliz, aos 16 dias do mês de setembro de 2025.

ROBES SCHNEIDER  
PREFEITO MUNICIPAL



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

### JUSTIFICATIVA

#### Nobres Vereadores!

O presente Projeto de Lei tem por objetivo atualizar a forma de pagamento do Auxílio Alimentação aos servidores públicos municipais ativos, previsto na Lei Municipal nº 608, de 29 de agosto de 2005, modernizando os mecanismos de repasse e conferindo maior segurança jurídica e operacional ao benefício.

Atualmente, o auxílio-alimentação é fornecido mediante cartão magnético ou documento similar para aquisição de gêneros alimentícios. A alteração proposta permite, a critério da Administração, o pagamento diretamente em conta corrente do servidor, mantendo a praticidade e reduzindo custos administrativos, sem prejuízo ao controle do benefício.

Além disso, o Projeto acrescenta ao art. 7º da Lei Municipal nº 608/2005 o parágrafo único que esclarece que o pagamento por crédito em conta não possui natureza salarial, não se incorpora à remuneração e sobre ele não incidem encargos trabalhistas ou previdenciários. Essa previsão é essencial para assegurar que o auxílio-alimentação continue sendo um benefício indenizatório.

Portanto, a aprovação desta Lei contribui para:

1. Modernização e flexibilização da forma de pagamento do auxílio-alimentação;
2. Segurança jurídica, evitando que o benefício seja interpretado como verba salarial;
3. Eficiência administrativa, permitindo a utilização de meios eletrônicos de pagamento já consolidados;
4. Valorização dos servidores, garantindo-lhes a manutenção do benefício de forma prática e segura.

Diante do exposto, conclui-se que a alteração proposta é necessária e benéfica, conferindo maior clareza, eficiência e segurança ao pagamento do auxílio-alimentação no âmbito do Município.

Gabinete do Prefeito de Alto Feliz, aos 16 dias do mês de setembro de 2025.

ROBES SCHNEIDER  
PREFEITO MUNICIPAL